

**Portal de Legislação do Município de Sagrada Família / RS****LEI MUNICIPAL Nº 1.579, DE 15/02/2023****ALTERA O ART. 115, DA LEI MUNICIPAL Nº 421/2002, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL de Sagrada Família - RS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo [artigo 27, itens I e III da Lei Orgânica Municipal](#),

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o [art. 115 da Lei Municipal nº 421/2002](#), que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 115. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1º Para efeito do disposto no caput, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

§ 2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 3º Será concedida redução até de 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho, sem compensação da jornada de trabalho, para os servidores ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas que sejam mães ou pais, para atendimento de filho(a) acometido(a) por deficiência ou doença gravíssima, por indicação médica devidamente comprovada através de laudo médico e apresentação de exames complementares, que tiver que acompanhar o tratamento médico do filho de forma ininterrupta, por prazo indeterminado.

§ 4º O parágrafo anterior se aplica aos servidores ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas quando devidamente comprovado que o filho depende única e exclusivamente de seus cuidados.

§ 5º A redução da jornada de que trata o caput deste artigo dar-se-á por opção do servidor e deverá ser requerida anualmente.

§ 6º Para ter direito ao benefício de que trata o § 3º o servidor deverá apresentar anualmente requerimento, dirigido ao Prefeito, acompanhado de: Certidão de Nascimento; Atestado Médico de que o filho encontra-se acometido de deficiência ou gravíssima; Comprovação de que o filho encontra-se em tratamento permanente (mediante laudos e demais documentos pertinentes); Indicação médica devidamente comprovada através de laudo médico e apresentação de exames complementares, de que a mãe ou o pai deve acompanhar o tratamento médico do filho de forma ininterrupta."

Art. 2º Os demais artigos e dispositivos da [Lei Municipal nº 421/2002](#) não mencionados na presente Lei continuam inalterados e em vigor.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL,
aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três.*

*Sérgio João Pietrobelli
Prefeito Municipal em exercício*

Registre-se e Publique-se